



EXERGANDO ALÉM DOS REFLEXOS DO ESPELHO: REVISTA ÍNTIMA NO PRESÍDIO DO SERROTÃO EM CAMPINA GRANDE, PB, O CORPO FEMININO VIOLADO (2009-2014)

Maria Aparecida Figueirêdo Pereira¹; Azemar dos Santos Soares Júnior²

Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG. E-mail: ciddapereira1@yahoo.com.br

Resumo: A revista íntima foi instituída na penitenciária Raimundo Asfora, em Campina Grande-Paraíba, ou presídio do Serrotão como é mais conhecido em todo Estado, objetivando evitar que materiais proibidos como drogas, aparelhos de telefonia celular, chips e até mesmo armas, adentrassem à unidade prisional camuflados no interior dos corpos de visitantes do sexo feminino. Todavia, jamais se cogitou que inspeção semelhante fosse levada a efeito em visitantes do sexo oposto. A presente investigação se dedica ao tema, enfatizando o seu caráter misógino, bem como todas as normas e prescrições destinadas ao corpo feminino. Corpo de mulheres visitantes, e não de apenas, mas que ao passarem pelo aviltante procedimento de revista íntima, eram em certa medida aprisionadas, tolhidas de liberdade, desnudadas de suas vestes e dignidade. Para discorrer sobre a temática, apresento um regaste de minhas memórias, enquanto agente de segurança penitenciária, que vivenciei *in loco* o procedimento de vistoria corporal naquele ergástulo público. Penso que cumpre a história ouvir vozes e silêncios. Empréstimo dessa maneira minha voz e por conseguinte minha contribuição, adquirida enquanto profissional que esteve *vis-a-vis* com a tenebrosa revista íntima, mas também como historiadora, capaz de ver além das respostas ofertadas pelo espelho- objeto que fora utilizado sistematicamente na inspeção dos órgãos sexuais femininos-. Nesta perspectiva, serão apresentados conceitos como revista íntima, pedagogização, corpo feminino, representações e gênero. Neste âmbito, tenho como norte as análises pós estruturalistas com ênfase em Foucault bem como a busca pela (des)construção de uma história de sensibilidades e subjetividades. Será através de memórias que resgataremos a liberdade do corpo feminino que apesar das fugas, das reações, permanece submetido a violação e ao encarceramento.

Palavras-chave: Revista íntima, corpo feminino, memórias.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bacharela em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba(UEPB).

²Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: azemarssoares@hotmail.com, contato@coprecis.com.br



INTRODUÇÃO

Era uma sala cor de rosa choque...

Era a manhã de uma quarta feira, dia 09 de fevereiro do ano de 2012, quando fui apresentada a revista íntima. Era também, o meu primeiro dia de trabalho no presídio do Serrotão, data em que assumiria após uma longa espera, meu posto como agente de segurança penitenciária concursada. A ansiedade, a expectativa e também o nervosismo característico daqueles que rumam ao desconhecido, me eram patentes. Sentimento que se tornava ainda mais compreensível, por ser o meu novo espaço laboral, um presídio, ambiente perigoso, lúgubre e repleto de negatividade, para onde eram mandados os condenados ao regime fechado. Um local estigmatizado pelo grande histórico de violência registrado nos muitos motins e rebeliões, que de forma corriqueira estremeciam as estruturas do presídio e faziam crescer a audiência dos noticiários locais.

Recordo-me da enorme fila de visitantes, ainda na parte externa do presídio, composta unicamente por mulheres, pois aquele dia da semana costumava ser reservado ao encontro íntimo, e com isso ficava vedada a presença de outros parentes. Na fila, as esposas e namoradas dos apenados aguardavam avidamente, pela abertura dos portões e por terem seus nomes confirmados na lista de visitantes cadastrados, caso contrário, a entrada era negada. Contudo, tendo atestadas suas identificações, as mulheres eram encaminhadas para uma sequencia de filas agora no interior da unidade prisional. A primeira fila fazia a revista dos alimentos, pois era prática comum, os parentes levarem guloseimas para os sentenciados. Em seguida enfrentariam a fila para a entrada na sala de revista íntima, e nela estando, aguardariam ainda enfileiradas, o procedimento. E foi nesse dia, que tive o primeiro de muitos encontros com o ambiente da revista íntima e com as personagens que a compunham: as mulheres visitantes dos apenados e as mulheres executoras da revista, as agentes de segurança penitenciária, razões dessa pesquisa.

A sensação de receio e insegurança, por ser meu primeiro dia de trabalho, logo foi convertida em perplexidade, já que testemunhei dezenas de mulheres em fila indiana, muitas delas sexagenárias, ou ainda mais idosas, despidas de suas vestes e de suas dignidades. Tendo que exhibir a boca totalmente aberta, os cabelos, as cavidades dos seios, axilas, barrigas, mãos, pés e todas as extremidades corpóreas, para finalmente se agacharem acima de um espelho, diante de uma agente penitenciária, com intuito de terem a vagina e o ânus refletidos naquele objeto e, dessa maneira, vistoriados. Somado a isso, visitantes eram compelidas a agachar por mais de três



vezes, de frente e de trás, algumas vezes chegavam a urinar, defecar, expelir secreções vaginais. Tudo isso, para que houvesse a certificação de que não estariam “cheias”³.

Ademais, o espaço destinado para a revista era exíguo. Acontecia numa sala de poucos metros, cuja única ventilação consistia em um ventilador de parede, instalado a uma altura considerável do chão. O propósito de tornar a sala mais arejada, resultava inútil, e o calor excessivo permanecia extenuante no cubículo com portas e janelas cerradas. Aliado a isso, o espaço era extremamente insalubre, nele circulava diversos tipos de doenças, como a tuberculose, a sífilis, a AIDS, a Hanseníase, dentre outras mazelas que assombavam pelo iminente contágio. No ambiente desolador, se amontoavam em torno de dezoito, vinte mulheres. Na época, oito agentes penitenciárias eram responsáveis pelo trabalho. Com o passar dos dias, o número de profissionais foi ficando mais reduzido.

As paredes impregnadas de bolor denunciava um corrompido rosa choque e anunciavam a delimitação de espaços promovida pelo binarismo de gênero ou talvez pela tentativa inconsciente de oferecer certo toque eufemístico ao local deveras estratificado. Naquela sala, não obstante, o que menos chocava era a cor de rosa. A cor historicamente atribuída à feminilidade estampava nas paredes daquela sala o lugar da invasão, da agressão, da privacidade rompida, do corpo desnudo, da intimidade violada, do despudor.

Início esses escritos, não por acaso, recorrendo a minhas memórias e fazendo delas uma narrativa, historicizando-as. Tudo isso, por aferir que a história também se (des)constrói a partir de narrativas, sobretudo daquelas que ficaram registradas na memória e que afetaram sensibilidades. Tendo em mente que a história também se faz através de sentidos e que, estes são educados e transformados enquanto fazemos parte do meio social. E, é a partir de memórias, que materializei essa investigação, mediante a análise das narrativas observadas e subjetivadas no interior do espaço prisional, a respeito da revista íntima e, por conseguinte das representações referentes ao corpo feminino. Exortando, dessa maneira a (des)construção de uma história voltada para o sensível e para as subjetividades que permearam a revista íntima e atravessaram seus sujeitos, por meio de linguagens, enunciados e conceitos.

O interesse pela temática deu-se a priori, através da minha experiência enquanto profissional responsável pela revista íntima; mas em mesmo grau pelo fato de ser egressa do curso de Direito. Num primeiro instante, senti-me angustiada, aflita diante daquele contexto, contaminado por violações e arbitrariedades, uma vez que estas se revelaram enraizadas,

³ Jargão utilizado pelas agentes penitenciárias que significava dizer que a mulher carregava drogas ou outros materiais ilícitos no interior de seu corpo.



viscerais, intrínsecas ao sistema penitenciário. Eram mulheres sendo violadas, mas isso parecia não ter importância, qual a razão de não perceber-las enquanto seres humanos?

Foi então, que veio á baila, todos os princípios, leis, parágrafos e incisos inclusos nas leis pátrias e internacionais que evidenciavam infrações as garantias e direitos da pessoa humana, testemunhados na prática da revista íntima. O presídio do Serrotão, no entanto, se afigurava como um universo sinistro, paralelo, e nele seus postulados prevaleciam. Estava num mundo externo, á margem. Uma espécie de Tártaro⁴, só que ao contrário, do mundo inferior de Hades⁵ ao sair dele talvez ninguém se sentisse tentado a olhar para trás.

METODOLOGIA

Para colaborar com a presente investigação, abracei como norte o pensamento pós-estruturalista, e, nesse contexto, recorri a Michael Foucault (1987) e suas considerações em face da *sexualidade*, do *poder* e seus dispositivos de controle sobre os corpos. Nessa medida, busquei refletir acerca da inspeção corporal, enquanto submissão, disciplinamento e pedagogização do corpo feminino, haja vista que somente para mulheres ela era destinada.

Cumpru esclarecer que o recorte temporal adotado, deu-se em virtude de ter sido em 2009, após 32 anos sem que houvesse concurso público para agentes penitenciários no estado da Paraíba, que finalmente foi nomeada uma turma de concursados, entre agentes masculinos e femininos. Eu me encontrava dentre eles, pois embora possuísse licenciatura em História, o desejo de lecionar desvanecia, em face da falta de oportunidades na área. Quanto ao término do recorte está situado em 2014 deveu-se ao fato de ser esse o ano em que houve a oficialização do fim da revista íntima, com a instalação de scanners corporais, o que além de ter otimizado o andamento dos trabalhos garantiu o término da vistoria constrangedora e arbitrária, veio também a melhorar a segurança naquela enxovia.

Oportuno frisar que em 2014 a *revista íntima* foi abolida por força de determinações judiciais, uma vez que sua adoção causou protestos em todos os estados que a tiveram como condição primeira para o ingresso de visitantes em suas unidades carcerárias, a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco dentre outros. O *Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária* tornou pública uma resolução recomendando o fim da *revista vexatória*. Houve assim, a instalação scanners corporais nos principais

⁴ Tártaro, segundo a mitologia grega era o mundo dos mortos, local de muita tristeza, também chamado de mundo inferior ou reino de Hades.

⁵ Hades, Deus que possuía os domínios do mundo dos mortos, Segundo a mitologia grega.

presídios do Estado da Paraíba. Contudo, em casos de fundada suspeita, ela continuou sendo aplicada com os mesmos rigores e arbitrariedades.

Finalmente trago como fontes, além do meu testemunho, os registros do *livro de ocorrências* onde as agentes costumavam anotar os casos de burlas as prescrições existentes na sala de revista. Soma-se ainda a análise do próprio *regulamento* existente no presídio, documento que disciplina todas as condutas de pessoas que faziam parte de seu quadro funcional assim como de visitantes. Apresento ainda matérias jornalísticas que noticiavam as situações de flagrante durante a *revista íntima* no presídio do Serrotão.

Inspecionando conceitos

Para o Estado, consoante Maria Aparecida Pereira (2014), a *revista íntima* foi definida enquanto um procedimento realizado com a finalidade de garantir a segurança no ambiente prisional, buscando impedir que visitantes do sexo feminino adentrassem o interior dos presídios portando objetos ilícitos e, em consequência gestassem a insegurança em toda sociedade.

Ainda de acordo com os estudos da autora supracitada a *revista íntima* constituiu-se em uma revista vexatória, em que mulheres, coercitivamente deviam se despir e exhibir suas partes íntimas para as agentes penitenciárias, que de posse de um espelho determinavam que as visitantes se agachassem a cima do referido objeto, no mínimo três vezes, para terem suas cavidades vaginal e anal refletidas. Isso no intuito de se obter, caso existisse, o flagrante de objetos ilícitos que elas por ventura, estivessem carregando em seus corpos.

O conceito de *revista íntima acima exposto* representa mais que uma violação a diversos princípios constitucionais preconizados em nossa carta magna de 1988, tais como o princípio da igualdade, quando este afirma que todos são iguais perante a lei, incluindo homens e mulheres, o princípio da inviolabilidade da intimidade, sendo, pois inconcebível desnudar as visitantes, e, o princípio da individualização da pena, pois nenhuma pena poderia passar da pessoa do condenado, embora as visitantes ao serem intimamente vistoriadas, estivessem também sendo condenadas.

Destarte, Em *Vigiar e Punir*, Michael Foucault (1984), aponta que cada época criou métodos punitivos, com intento do exercício do poder sobre os corpos. Desta forma, relações de poder são impostas sobre os corpos, conforme cada período, sob a regência de discursos, que nos apresentam os corpos supliciados, torturados,



disciplinados e dóceis. Enfim, a análise do conceito de revista íntima abriga uma série de violações às leis pelas quais somos regidos. Ainda assim, durante décadas os corpos femininos foram violados, vigiados e punidos reiteradas vezes, sob a égide do Estado, com a anuência da sociedade, e incansáveis vezes, com a aprovação das próprias visitantes femininas que em sua maioria havia se transmutado, no dizer de Michael Foucault em *corpos dóceis*. Existia também a concordância das agentes femininas subjetivadas pelo discurso de que a instituição estava desempenhando a sua tarefa de profilaxia. Não importava se eram somente mulheres inspecionadas. Era praticamente unânime a crença de que carregar objetos no interior do corpo era característico do sexo feminino. Jamais do corpo masculino, e, nesse sentido a prática da inspeção íntima mais que legitimada, foi naturalizada no ambiente prisional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Busquei recordar o período dedicado a *revista íntima*, no presídio do Serrotão. Dessa forma, concordo com Silêde Leila Cavalcanti (2013), ao afirma que os elos entre memória e sentidos estão ainda por ser efetivamente tecidos e explorados em meio a tradições historiográficas. Fiz o exercício de emprestar minhas recordações dotadas de sentidos, ofertando-lhes um caráter social, uma vez que “[...] a memória valoriza a palavra dos velhos, das mulheres, dos trabalhadores, dos excluídos da história ensinada nas escolas [...]” (BOSI, 2003).

Neste contexto, recordei-me que as visitantes femininas além de dóceis, eram também institucionalizadas e policiadas no seu vestir, não sendo aceitos o uso de chapelaria, roupas pretas ou com tons escuros, não podiam usar roupas sumárias⁶, Não era permitido o uso de sapatos com salto. As visitantes tinham de usar sandálias rasteiras e de cor branca. Caso viessem descaracterizadas, entravam com pés descalços. A entrada de joias ou bijuterias não era consentida. Deste modo, por meio de uma rígida disciplina imposta pelas agentes penitenciárias, na sala de *revista íntima*, era decretada a *pedagogização do corpo* feminino, mediante a imposição imperiosa de regras de conduta e maneiras de portar-se e de punição para aquelas que as descumprissem. A respeito da *pedagogização do corpo*, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2014, p. 2) considera que “visando elaborar subjetividades, produzir identidades, adestrar e dirigir corpos e gestos, interditar, permitir e incitar ou ensinar hábitos, costumes e habilidades, traçar interditos, marcar diferenças entre o admitido e o excluído”.

⁶ São roupas consideradas indecorosas para o ambiente por exibirem partes do corpo desnudo, coladas ao corpo ou transparentes.



Não obstante, outra forma de interdição posta contra as visitantes do Serrotão, se referia à proibição da entrada de mulheres que se encontrassem em período menstrual, com isso visitantes advindas de localidades distantes, que viajavam horas para prestar solidariedade a seu ente, acabavam sendo mandadas embora, sem concluir seu intento, em virtude da impossibilidade de se proceder a inspeção íntima. Ficava clarividente a negação ao corpo feminino, já que a ação natural de menstruar configurava-se como fator impeditivo para a realização da visita.

Contudo, existiam também as burlas. Era comum situação do tipo: esconder o sangue menstrual através da introdução de algodão na vagina. Ação que se configurava como forma de resistência. Eram incansáveis as tentativas de adentrar o presídio com roupas não permitas. Todavia, sempre que essas mulheres eram pegas em suas formas de resistir, tinham penalidades impostas, como a suspensão das visitas por um período situado entre trinta dias, seis meses ou até com a peremptória proibição da visita. Neste último exemplo, a visitante teria de estar praticando algum tipo de ilícito penal, como o transporte de substâncias entorpecentes. Em situações assim, apenas mediante decisões judiciais é que elas poderiam.

Para Michael Foucault (1987), houve a necessidade de mudança na estratégia de alcance do poder, porém a punição permaneceu como forma de domínio sobre os corpos. Cabe destacar, que esse domínio doravante se fazia sutilmente, sem que fosse preciso o emprego de força física. Nessa altura, os procedimentos de controle se dariam pelo treinamento e controle dos corpos. Enfim, quanto mais adestrados e obedientes eram os corpos melhor para as instituições.

Neste interstício, outro exemplo emblemático, se refere ao jargão bastante em uso no presídio, o qual nomeia de “mulas” as visitantes que usavam o corpo com fins de carregar materiais ilícitos para o interior da unidade. Tal termo não se tratava de uma simples nomenclatura presente na fala da comunidade carcerária. Mas, um enunciado que desqualificava o corpo feminino, que o desvalorizava e diminuía. Era visível a propagação de termos fálicos, pelas próprias mulheres, provavelmente por ser o presídio do Serrotão, um local eminentemente masculino, onde desfilavam inúmeras masculinidades, arautos de linguagens fálicas, já que a mula é um animal, desprovido de inteligência, cuja utilidade é servir a seu proprietário.

Destarte, as representações em torno das visitantes eram variadas. Assim, haviam mães, irmãs ou mesmo esposas, cujo extremado apoio solidário ao recluso poderia ser entendido como servilismo, “as mulas”, que atendiam



ao temerário arranjo de conduzir drogas em seu próprio corpo. E, havia em mesma medida as interesseiras, as mercenárias, aquelas que procuravam os presos, à cata de dinheiro, de vantagens pecuniárias, porém não apresentavam nenhuma característica que denotasse subserviência ou sentimento para com o visitado.

Outra questão que carece de análise tem haver também com a crença na virilidade masculina. Era comum se ouvir por entre as muralhas do presídio, que homem não sobrevive sem sexo. Esse argumento ultrapassava aqueles muros, pois era utilizado também pelo Estado, para justificar a manutenção de visitas conjugais. Defendia-se piamente que a mulher ia ao presídio, enfrentando uma série de constrangimentos, em uma demonstração de servilismo ou interesse financeiro, pois na visita íntima, não residia uma necessidade sexual sua, mas de seu parceiro, que teria na relação sexual, seu combustível. Da forma que defendeu Eronides Câmara Araújo (2016, p. 216) relatando a “concepção de masculinidade, proveniente das teorias do século XX, em particular as teses médicas, as quais afirmavam que o homem é um ser instintivo sexualmente”.

Foi pensando em desconstruir essas ideias fálicas, portadoras de determinismo biológico, que Joan Scott (1989), passou a defender a emergência da categoria gênero no campo de pesquisa das ciências humanas. Para essa autora, “o gênero tanto é construído através do parentesco, como também na economia, na organização política” (SCOTT, 1989, p. 15).

Com efeito, falar em *revista íntima* no Brasil, especificamente no presídio do Serrotão, implica a *priori*, remeter ao conceito de gênero, que no entender de Judith Butler (1990, p. 134) se constituiu como uma fantasia instituída e inscrita na superfície de nossos corpos, ou seja, os gêneros seguiam receituários e prescrições de conduta. Judith Butler (1990) nomeou de *performatividade*⁷.

Já Simone Beauvoir (2009, p. 361) ganhou grande notoriedade em suas afirmações ao lançar a famosa frase “Ninguém nasce, mas torna-se mulher”. Nesse momento, a autora remeteu aos constructos sociais, que legitimavam locais determinados para mulheres, e que dessa maneira definiriam a construção de identidades. Haja vista que existiam as resistências, as chamadas burlas. E assim, com a leitura de Guacira Lopes Louro (1997), o gênero está relacionado à constituição da identidade dos sujeitos. Ou seja, o conceito de gênero não abriga somente questões referentes a mulheres, ou mesmo a homens. O conceito de gênero define-se

⁷ Para Alômia Abrantes Silva (2008, p. 18) a performatividade faz com que se pense num sujeito que se forma em virtude de ter passado pelo processo de ter de assumir um sexo, o que se vincula com a identificação e funcionamento dos meios discursivos que cria e mantém um imperativo heterossexual.



por uma abordagem mais plural, pois as representações a respeito de homens e mulheres também são múltiplas. Assim, “tanto homens como mulheres transitam por atalhos identitários que são inimagináveis de ser encaixados em qualquer modelo” (ARAÚJO, 2016,).

Neste âmbito é oportuno destacar o sentido de *representações*, pois, conforme Roger Chartier (1991), as representações sociais são formadas, a partir de interesses de grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. A ação discriminatória e demarcatória vislumbradas no local da revista condicionavam mulheres ao posto de suspeitas ou culpadas, ao passo que excluía homens de procedimento semelhante, pois na perspectiva masculina, o corpo do homem é território que não se deve explorar, nem mesmo tocar.

CONCLUSÕES

Desse modo, na sala destinada à *revista íntima* as visitantes eram institucionalizadas, através da observação meticulosa das agentes penitenciárias. Todo o ritual para ingresso na unidade carcerária deveria ser rigorosamente cumprido. A atenção era redobrada em dias de visita íntima, uma vez que somente as esposas ou companheiras dos apenados, podiam adentrar ao presídio. Nesses dias, não importava se havia Marias, Anas, Severinas. A identidade de “mulher de preso” anulava as demais.

Nesta direção, historicizar o corpo feminino, a partir de deslocamentos conceituais emprestados por Michael Foucault (1984), é desconsiderar questões macroscópicas para entender as relações microscópicas, pois são os discursos e as práticas cotidianas que atingiam o corpo.

A presente pesquisa, porém, não pretendeu vitimizar mulheres, muito menos arregimentar um discurso maniqueísta, mas sim analisar as representações acerca da *revista íntima*, com cerne no corpo feminino, na perspectiva de quem a vivenciou *vis-à-vis*. Portanto, tomo de empréstimo a análise a respeito das apenadas do Serrotão, feita por Vanuza Souza Silva (2014, p. 44): “existem subjetividades, processos de interiorização, que se movimentam, que fazem perder o próprio rosto imposto socialmente, as subjetividades dobram toda identidade”. Assim, ao realizar uma análise minuciosa dos sujeitos formadores do cotidiano no Serrotão, sejam eles mulheres vistoriadas, mulheres que vistoriam, ou mesmo homens privados de liberdade e toda comunidade carcerária em suas complexidades, veremos que ocorre a confluência de subjetividades, e os mais



variados sujeitos, em transformação, em ebulição. É o presídio do Serrotão, local de muitas sociabilidades e de subjetividades diversas. Todavia, por entre seus muros, ainda se percebe o corpo feminino encarcerado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nordestino uma invenção do Falo – Uma história do gênero masculino** (Nordeste 1920 – 1940). Maceió: Edições Cata-vento, 2003.

_____. **Pedagogia: a arte de erigir fronteiras**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/indez2.htm>, visitado em maio de 2014.

_____. Michel Foucault e Mona Lisa ou como escrever história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.97-108.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. Curitiba: APPRIS, 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PEREIRA, Maria Aparecida Figueirêdo. **Revista íntima nos presídios: Reflexões acerca da ilegalidade**. Trabalho de conclusão de Especialização em Direito Penal e Processo Penal. Campina Grande-PB, 2014. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: Tessituras de Gênero, (desafios da história (Paraíba, Século XX)**. 2008, p.11 – 23. Recife. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

SILVA, Vanuza Souza. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem? : uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000).** Recife: O autor, 2014.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas das Liga Camponesa de Sapé: Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 a 1964).** João Pessoa, 250 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br